



UEPB
UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MARIA HELENA DA SILVA FIGUEIREDO

**JOÃO DANTAS – RETRATOS DE UMA VIDA: REPRESENTAÇÕES HISTORIOGRÁFICAS
E JORNALÍSTICAS**

CAMPINA GRANDE - PB
2022

MARIA HELENA DA SILVA FIGUEIREDO

**JOÃO DANTAS – RETRATOS DE UMA VIDA: REPRESENTAÇÕES HISTORIOGRÁFICAS
E JORNALÍSTICAS**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia)
apresentada ao Departamento do Curso de
História da Universidade Estadual da Paraíba,
como requisito parcial à obtenção do título de
licenciado em história.

Orientador: Prof. Dra. Luíra Freire Monteiro

**CAMPINA GRANDE - PB
2022**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

F475j Figueiredo, Maria Helena da Silva.
João Dantas - retratos de uma vida [manuscrito] :
representações historiográficas e jornalísticas / Maria Helena da
Silva Figueiredo. - 2023.
54 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Educação, 2023.

"Orientação : Profa. Dra. Luíra Freita Monteiro ,
Coordenação do Curso de História - CEDUC. "

1. Historiografia. 2. Política. 3. História da Paraíba.
4. História local. 5. Política. 6. Historiografia. 7.
Representações históricas. 8. Representações
jornalísticas. I. Título

21. ed. CDD 907.2

MARIA HELENA DA SILVA FIGUEIREDO

**JOÃO DANTAS – RETRATOS DE UMA VIDA:
REPRESENTAÇÕES HISTORIOGRÁFICAS E JORNALÍSTICAS**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentada ao Departamento do Curso de História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de licenciado em história.

Aprovada em: 07/03/2023.

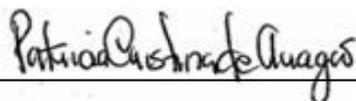
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Profa. Dra. Luíra Freire Monteiro (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Tibério Max de Sousa Lima
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof.^a Dr.^a Patrícia Cristina de Aragão
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

A Família Dantas, para que as injustiças históricas cometidas contra os seus sejam reparadas pela própria história, para que seus mortos descansem em paz e os vivos reconheçam a força e honra que carregam dentro de si.

AGRADECIMENTOS

A Deus, Nossa Senhora e Padre Cícero pela proteção e presença nos caminhos muitas vezes percorridos apenas em junto de suas companhias, como também pela força invisível nos dias bons e principalmente nos difíceis.

Aos meus pais Manoel e Maria José por terem sido porto seguro e incentivadores, a minha mãe por nunca ter permitido que eu me desviasse do caminho. Aos meus irmãos Camila, Matheus e Davi pelo apoio e por entenderem minhas ausências em momentos importantes.

Aos meus professores pela transmissão de conhecimentos e convívio prazerosos, a professora Luíra Freire Monteiro pelo acolhimento, carinho e parceria que muitas vezes transcendeu a sala de aula, a professora Patricia Aragão pelas primeiras oportunidades dentro do meio acadêmico, como também aos professores Iordan Queiroz, Márcia Albuquerque, Alana Moraes, José Júnior e José Adilson Filho pelo exemplo de profissionais e espelhos de seres humanos.

Aos meus colegas que fizeram dessa caminhada mais agradável e leve, em especial Amanda, Marinita e Annalyne pelos laços construídos, terem sido parcerias de tantas alegrias e ombro amigo nos momentos difíceis, a Vanessa, Marcelo, David é João Pedro por tornarem minhas manhãs mais divertidas e acolhedoras.

“- Quem está nas trincheiras ao teu lado?

- E isso importa?

- Mais do que a própria guerra! ”

Ernest Hemingway

RESUMO

No contexto dos embates políticos havidos nos anos Trinta, no Brasil, destaca-se, a nível regional, um personagem decisivo para a realização cabal da chamada Revolução de Trinta. Contudo, observa-se gritante hiato, e até distorções, nas análises sobre o tema, especialmente ao se tratar da participação da Família Dantas e seu mais destacado integrante, o advogado João Dantas, lembrado tão somente como o “Assassino de João Pessoa”. Este trabalho busca desvendar as representações construídas acerca desse paraibano, especialmente no campo historiográfico e jornalístico. Como lastro teórico, nos ancoramos em CATROGA (2015), LE GOFF (2013), POLLAK (1989), RICOUER (2007), ALBUQUERQUE JR

(2007), entre outros, para subsidiar a metodologia de caráter exploratório das fontes utilizadas. Neste sentido, trabalhamos fontes bibliográficas e jornalísticas de natureza qualitativa enriquecida com uma revisão literária em jornais, livros, artigos científicos, teses e trabalhos de conclusão que abordavam sobre o tema debatido. Tudo no sentido de constatar a construção do personagem histórico João Dantas e os principais conflitos político-ideológicos e pessoais que desencadearam o assassinato de João Pessoa, posto que todas essas questões corroboraram para a formação das diferentes representações de João Dantas, foco do presente estudo.

Palavras-chave: João Dantas. Representações. Política. Paraíba

ABSTRACT

In the context of the political clashes that took place in the 1930s, in Brazil, a decisive character stands out, on a regional level, for the complete accomplishment of the so-called Thirty Revolution. However, there is a clear hiatus, and even distortions, in the analyses about the theme, especially when it comes to the participation of the Dantas Family and its most prominent member, the lawyer João Dantas, remembered only as the "Assassin of João Pessoa". This work seeks to unveil the representations built about this person from Paraíba, especially in the historiographic and journalistic fields. As theoretical ballast, we anchored in CATROGA (2015), LE GOFF (2013), POLLAK (1989), RICOUER (2007), ALBUQUERQUE JR (2007), among others, to support the methodology of exploratory nature of the sources used. In this sense, we worked bibliographic and journalistic sources of a qualitative nature, enriched with a literary review in books, scientific articles, theses and conclusion works that approached the debated theme. All in order to verify the construction of the historical character João Dantas and the main political-ideological and personal conflicts that triggered João Pessoa's assassination, since all these issues corroborated for the formation of different representations of João Dantas, focus of this study.

Keywords: João Dantas. Representations. Politics. Paraíba

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Brasão da Família Dantas.....	18
Figura 2: Dr. Franklin Dantas Correia de Góis e Júlia Veloso.....	20
Figura 3: João Duarte Dantas	21
Figura 4: João Dantas em companhia de alguns colegas.....	22
Figura 5: José Pereira e homens de sua confiança	25
Figura 6: Invasão da residência de João Dantas	27
Figura 7: João Pessoa	30
Figura 8: Corpo de João Pessoa.....	36
Figura 9: Corpos de João Duarte Dantas e Augusto Caldas	40
Figura 10: Túmulo de João Duarte Dantas	44
Figura 11: Túmulo João Dantas	44
Figura 12: Fazenda São Pedro	45

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2. CAMINHOS TEÓRICOS DA PESQUISA.....	13
2.1 História Local: uma Discussão Necessária	15
3. A FAMÍLIA DANTAS	18
4 JOÃO DANTAS NOTICIADO OU (ANTI-HERÓI).....	24
4.1 O Assassinato de João Pessoa.....	32
5 JOÃO DANTAS ESQUECIDO (O AVESSE DA MEMÓRIA).....	37
5.1 Esquecimento como recurso da memória social	37
5.2 A forma como as notícias “Apagam” João Dantas	38
5.3 Invisibilidade de João Dantas enquanto sujeito histórico.....	41
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS.....	50

1 INTRODUÇÃO

João Duarte Dantas nasceu em 12 de maio de 1988, em Mamanguape, numa família de grande prestígio político e histórico, principalmente no período da Monarquia e até o início da República Federativa Brasileira, era bacharel em direito e posteriormente, tornou-se também jornalista. Era filho de Franklin Dantas Correia de Góis e de Júlia Veloso, a literatura relata que ele teve três irmãos: Manoel, Joaquim e Jacinta. Viveu grande parte de sua juventude em Mamanguape e só depois de formado em direito, abriu escritório na capital do estado, em João Pessoa, onde passou a atuar advogado.

Não obstante, a eclosão da Revolta de Princesa apresenta como antecedentes fatores intrínsecos a uma política oligárquica estadual extremamente consolidada, neste mesmo íterim, perceptivelmente denota-se ainda um movimento emergente relacionado às minorias políticas e, sobretudo, algumas tentativas de aniquilamento da referida estrutura oligárquica que se mantém intacta há anos, a somatória desses fatores precederam a Revolução de 30 e corroboraram para que culminasse o conflito armado, que posteriormente resultou no assassinato de João Pessoa, cometido por João Dantas.

A relevância da Família Dantas não é uma alusão histórica. Ao fazer uma análise na historiografia local, e aprofundar-se nos resultados dos autores Costa (2007), Ribeiro (2009), Januário (2009) e Joffily (1979), é rapidamente perceptível o quanto esta era influente, poderosa e temida pela população local do estado Paraíba, especificamente do Sertão de Teixeira. Atrelado isso, toda essa valoração histórica do sobrenome “Dantas” contribuía ainda mais para a consolidação do sujeito João Dantas.

Mas, além disso, uma série de outros fatores foi pertinente para a construção das várias facetas de João Dantas. Sua postura ética e profissional foram dois pontos extremamente relevantes no que diz respeito a sua inserção e aceitação no meio social, a forma como este se comportara foi decisivo para o processo de construção de sua honra, uma das caracterizações mais prezadas pela sociedade naquela época.

Nesta mesma perspectiva, era notório ainda que, muitos conflitos políticos e pessoais permeavam a relação entre João Pessoa e João Dantas, tais fatos acabaram contribuindo para o ápice histórico da década: o assassinato de João

Pessoa. A partir disso, emergiram novas situações e a principal delas: o esquecimento de João Dantas.

Perceptivelmente, os fragmentos da historiografia local deixam em evidência, de forma bastante enfática, as distintas representações construídas historicamente sob diversas perspectivas relacionadas a João Pessoa, ora visto como herói, em contrapartida a João Dantas, o qual passa a ser retratado factualmente como uma figura histórica associada principalmente ao assassinato de João Pessoa. Assim, ao adentrar nesta emblemática, as discussões teóricas inerentes às representações e, sobretudo memória social ganha relevância, partindo do pressuposto de que aquilo que os grupos ou indivíduos cometeram no passado constitui as memórias sociais, que favorecem o surgimento de perspectivas antagônicas sob os mais diversos personagens. Diante disso, emerge então um questionamento que norteou a presente pesquisa: quais as principais faces de João Dantas elencadas na historiografia local?

Diante o exposto, notoriamente, a referida emblemática supracitada é bastante pertinente e relevante para a sociedade, em um contexto geral, uma vez que, aborda historicamente questões históricas ainda escassas na literatura. Torna-se então, emergente a significativa necessidade de pesquisas de cunho exploratório eficazes como meio viável de garantir a abrangência de discussões teóricas acerca desses assuntos.

Concomitante a isso, este estudo apresenta grande relevância, tendo em vista que traz abordagens importantes e inerentes no tocante ao contexto histórico das variadas constituições da família Dantas, além disso, é ressaltado, de forma bastante delineada as principais representações históricas de João Dantas, bem como ele foi esquecido historicamente pela sociedade, sendo este estudo importantíssimo para a comunidade acadêmica, principalmente do curso de história. Sendo assim, o presente trabalho apresentou como objetivo identificar as representações havidas sobre a personalidade de João Dantas na historiografia local e nos periódicos da época da sua morte.

Esta pesquisa está organizada em seis capítulos. No primeiro capítulo foram abordados conceitos sobre o tema pesquisado, abordando a problemática em questão, em seguida apresentou-se a justificativa enfatizando a relevância do estudo e, por fim, a definição dos objetivos.

No segundo capítulo, foram detalhados os caminhos metodológicos utilizados para a pesquisa, explicitando os principais métodos científicos que foram usados para embasamento teórico e conceitual do referente trabalho. No terceiro estruturou-se todo contexto relacionado à conceituação da família Dantas, abordando conceitos históricos importantes e quais as principais espécies, sendo ressaltados em pesquisas de outros autores, para que assim, possam auxiliar a compreensão do problema.

No quarto capítulo explicitaram-se detalhadamente aspectos relacionados a João Dantas como Anti-herói e a forma como este fora noticiado na época. No quinto capítulo, foram apresentadas perspectivas inerentes ao esquecimento de João Dantas e como os jornais contribuíram para isto.

No sexto capítulo foram abordadas as considerações finais do trabalho, dialogando com os objetivos do trabalho, verificando se foram alcançados com êxito, fazendo a sistematização dos resultados encontrados, apontando as principais conclusões que foram possíveis se obterem ao longo da pesquisa.

Neste sentido, como procedimento metodológico para construção da referida pesquisa, trabalhamos fontes bibliográficas e jornalísticas de natureza qualitativa enriquecida com uma revisão literária em jornais, livros, artigos científicos, teses e trabalhos de conclusão que abordavam sobre o tema debatido, não obstante, adentramos ainda em periódicos locais de extrema importância para enriquecimento da pesquisa, qual seja: Jornal A União.

2. CAMINHOS TEÓRICOS DA PESQUISA

Incontestavelmente, ao passo em que se estabelecem as mais variadas interações entre os sujeitos e o mundo social, perceptivelmente afloram-se o desenvolvimento das identidades, as quais, genuinamente e de forma tendenciosa articulam, por intermédio das representações sociais os indivíduos as suas respectivas realidades sociohistóricas.

Neste íterim, notoriamente, as representações representam um papel social e, sobretudo, histórico extremamente importante, haja vista que tem a atribuição de intermediar o indivíduo à sociedade. Para tanto, os sujeitos passam a erigir representações singulares embasadas nos processos contínuos de construção e reconstrução dos símbolos sociais e internos.

Não obstante, cabe ainda aludir que a memória caracteriza-se como sendo um dos principais elementos que constituem a identidade social, na mesma proporção em que é preponderante no que diz respeito a perpassar para os indivíduos a sensação de continuidade da história de um sujeito, ou até mesmo de um grupo, e propiciar ainda a experiência de reconstrução de si.

Paralelo a isso, os autores Pollak (1989), Buker (1992) e Le Goff (1994) enfatizam a imprescindibilidade do conhecimento histórico, principalmente no que tange a garantir um melhor entendimento a cerca das representações históricas. Assim, Peter Buker (1992, p. 70) afirma ainda que os indivíduos apresentam uma tendência a apresentarem interesse por acontecimentos relevantes para o seu grupo, citando que: “Lembram muito que não viveram diretamente. Um artigo de noticiário, por exemplo, às vezes se torna parte da vida de uma pessoa. Daí pode-se descrever a memória como uma reconstrução do passado”.

De forma não paradoxal Jacques Le Goff traz uma contribuição bastante relevante e pertinente entre a relação estabelecida entre a memória e a história, aludindo que:

A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para libertação e não para a servidão dos homens (JACQUES LE GOFF, 1994, p. 477).

Fica notório o quanto ainda o quão importante é o resgate de memórias pelos mais diversos vieses, incluindo monumentos históricos, acontecimentos locais ou até mesmo pelas próprias narrativas feitas pelos indivíduos acerca de ocorridos. Dessa

forma, conforme Bittencourt (2004, p.168), “a memória é, sem dúvida, aspecto relevante na configuração de uma história local tanto para historiadores quanto para o ensino”.

Neste mesmo viés, a história emerge como um contexto favorável e viável no que tange a propiciar a seleção e, sobretudo, reconstrução de determinado objeto, todo esse processo ocorre a partir das lembranças das recordações, implicando ainda na necessidade de uma averiguação detalhada das memórias, de acordo com exigências críticas e defrontação com outros testemunhos e documentos, conforme apontado por Le Goff (1994).

Com base no exposto, fica então constatado que a memória apresenta atribuições de implementar nos sujeitos o sentimento de pertencimento, e, atrelado a isso, permite ainda que estes ressignifiquem os acontecimentos que ocorreram no passado com base nas suas próprias e respectivas experiências. Quanto a isso, Jedlowski (2001):

O que chamamos memória é uma complexa rede de atividades, seu estudo indica que o passado nunca retorna o mesmo, mas é constantemente selecionado, filtrado e reestruturado nos termos das questões e necessidades do presente nos níveis sociais e individuais (JEDLOWSKI, 2001, p.30).

Diante disso, de fato, a memória social contribui de forma demasiada para a legitimação da identidade de um grupo, o qual utilizará o patrimônio como ferramenta viável de verificação. No entanto, o entendimento de quais bens são considerados como patrimônio e o reconhecimento das limitações e restrições dessa categoria são emblemáticas pertinentes e que ainda carecem de algumas discussões inerentes ao assunto.

Assim, inegavelmente, a memória é um dos fatores cruciais na recuperação da história coletiva e individual, os contextos relacionados à memória interpolam a base da identidade e acaba corroborando também para o acesso a história local, concomitante a isso, além da memória representada pelas pessoas na escrita, oralidade, há ainda os denominados lugares da memória, os quais são exteriorizados através de praças, edifícios, monumentos, entre outros (RICOEUR, 2007).

Os autores supracitados neste capítulo são extremamente importantes na valorização da memória como um artefato indispensável na recuperação da história coletiva, e, sobretudo, em aspectos intrínsecos a historiografia local e suas contribuições para a reconstrução da memória social.

2.1 História Local: uma Discussão Necessária

Partindo da premissa de que a História Local é imprescindível para a compreensão do contexto histórico e, principalmente das distintas configurações dos grupos sociais, instituições e indivíduos. Dessa forma, possibilita assim, um melhor mapeamento da análise histórica, contribuindo ainda como um viés privilegiado para a construção da averiguação histórica a partir de diferentes perspectivas. Outrossim, a história local permite ainda que haja um complemento das experiências sociais, em consonância com a historiografia de cunho descritivo e factualista.

Destarte, a história local abre um rol de possibilidades para que os indivíduos obtenham conhecimentos históricos inerentes aos lugares, tanto do âmbito cultural, quanto do contexto social e político, de modo a contribuir para um melhor entendimento sobre as atribuições das distintas sociedades na construção de uma história (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007).

Para tanto, é atribuição intrínseca da história local construir uma pluralidade de perspectivas históricas que reconheça a relevância dos sujeitos sociais e a imprescindibilidade que estes apresentaram enquanto edificação da história local em um determinado espaço de tempo.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998, p. 09) caracterizam a história local como “[...] recurso pedagógico privilegiado [que] possibilita aos estudantes adquirirem, progressivamente, o olhar indagador sobre o mundo de que fazem parte”, deixando em evidência o quão importante se mostra para favorecer uma melhor compreensão relacionada ao mundo que os indivíduos estão situados.

Concomitante a isso, Bittencourt (2004, p. 172) traz ainda citação importante relacionada a história local e suas possíveis contribuições enquanto vertente para a compreensão do contexto histórico:

Não se trata, portanto, ao se proporem conteúdos escolares da história local, de entendê-los apenas na história do presente ou de determinado passado, mas de procurar identificar a dinâmica das transformações do espaço e articular esse processo às relações externas, a outros „lugares” (BITTENCOURT, 2004, p. 172).

Assim, em uma análise sob a ótica de um panorama sociohistórico, as contribuições advindas da história local para a compreensão, em sua totalidade, dos fatos e antecedentes históricos são inegáveis, tornando-se ainda mais relevantes quando se discute a respeito da memória social. Isto porque através da história local, é possível que sejam valorizados sujeitos históricos que foram muitas vezes apagados e aniquilados na História Oficial, muito embora tenham sido indivíduos que se mostraram importantes historicamente. Paralelo a isso, Goubert (1998, p. 73) aponta que: “A volta à História Local origina-se de um novo interesse pela História Social –ou seja, a história da sociedade como um todo”.

Neste sentido, a memória social relacionada a história local corroboram, em consonância, para enraizar a identidade entre a comunidade local e os fatos que antecedem esses indivíduos, caracterizando como um aspectos inerente e indispensável no que diz respeito a estabelecer vínculos entre as gerações.

Paradoxalmente, a sociedade a partir deste entendimento passa a atribuir novas perspectivas sob a história de determinado local, passando então a entendê-la de diferentes formas, mas conservando a identidade particular de cada comunidade.

Ao aludir a respeito da contribuição da memória na caracterização de narrativas históricas voltadas para a história local, o autor Bittencourt (2004, p. 169) pontua que:

A questão da memória impõe-se por ser base da identidade, e é pela memória que se chega à história local. Além da memória das pessoas, escrita ou recuperada pela oralidade, existem os “lugares da memória”, expressos por monumentos, praças, edifícios públicos ou privados, mas preservados como patrimônio histórico. Os vestígios do passado de todo e qualquer lugar, de pessoas e de coisas, de paisagens naturais ou construídas tornam-se objeto de estudo (BITTENCOURT, 2004, p. 169).

No entanto, é perceptível ainda uma emblemática bastante pertinente, a prevalência de memória seletiva, de modo que, notoriamente os grupos mais favorecido no geral são ressaltados como protagonistas, de modo que é feita uma inferiorização de sujeitos que apresentaram também importantes papéis históricos. Denota-se então que, a construção destes aparatos históricos é permeada por paradoxos que aniquilam as vicissitudes inerentes ao cenário político, cultural e socioeconômico, pormenorizando aqueles menos favorecidos nesses vieses.

Para tanto, é justamente nesta perspectiva que a historiografia local torna-se tão relevante, uma vez que, contribui para minimizar essas distorções estereotipadas e, além disso, enfatiza, de forma mais aprofundada, aspectos relacionados aos fatos históricos que ocorreram naquele lugar, de forma bastante específica.

Para Schmidt e Cainelli (2004, p. 112), quando se discute a respeito da importância da História Local, é preciso considerar dois principais aspectos, quais sejam:

Em primeiro lugar, é importante observar que uma realidade local contém, em si mesma, a chave de sua própria explicação, pois os problemas culturais, políticos, econômicos e sociais de uma localidade explicam-se, também, pela relação com outras localidades, outros países e, até mesmo por processos históricos mais amplos. em segundo lugar, ao propor o ensino de história local como indicador da construção de identidade, não se pode esquecer de que, no atual processo de mundialização, é importante que a construção de identidade tenha marcos de referência relacionais, que devem ser conhecidos e situados, como o local, o nacional e o mundial (SCHMIDT E CAINELLI, 2004, p. 112).

Neste sentido, a história local se mostra bastante enfática na compreensão das questões relacionadas aos artefatos políticos, econômicos e culturais, levando em consideração um espaço social ainda mais abrangente. Além disso, a historiografia local ressalta a importância de inserir pessoas comuns em processos históricos.

O estudo da história local pode esclarecer muito mais do que se imagina sobre as questões que envolvem acontecimentos políticos, crises econômicas e toda sorte de relações socioculturais relativas a um espaço social mais abrangente, embora as contradições da vida social costumem dar uma aparência de insignificantes aos pequenos acontecimentos da vida cotidiana. Vale lembrar, todavia, que são eles que possibilitam a inserção das pessoas comuns nos processos históricos e permitem uma nova compreensão acerca do papel do indivíduo como sujeito da história, questionando a legitimidade de um único sujeito ser capaz de construir a história local.

3. A FAMÍLIA DANTAS

A história da Família Dantas assim como muitas famílias brasileiras tem sua origem relacionada com o país colonizador Portugal, segundo José Ozildo, a genealogia dos Dantas se inicia com a chegada á região da Serra de Teixeira de quatro jovens portugueses, onde dois se dirigiram as terras do estado vizinho do Rio Grande de Norte, um deles retornou a Portugal e apenas um deles permaneceu no território de Teixeira, o jovem Antônio.

O surgimento da Família Dantas na região de Teixeira se remete ao século XVIII, o tronco familiar se inicia com os descendentes de Antônio e José Dantas Correia I, com o casamento de José Dantas Correia II e Tereza Góis e Vasconcelos, casamento esse que originou a descendência de João Duarte Dantas, com o nascimento do seu avô o coronel Dr. Manoel Dantas Correia de Góis, pai de Franklin Dantas Correia de Góis, pai de João Duarte Dantas, dessa forma a figura I abaixo evidencia o brasão da Família Dantas.

Figura 1: Brasão da Família Dantas



Brasão da família Dantas

Fonte: Fazendo História (2010).

A Família Dantas como aponta Melo (2002, p. 35) foi: “a mais poderosa e a mais temida do Sertão, dominando o município de Teixeira e estendendo sua influência aos municípios circunvizinhos”, essa influência se advém do seu prestígio

político que perpassou o período da monarquia e início da República, com uma intensa participação de membros da família em diversos cargos da política nacional e estadual.

Segundo Dantas (1982), em 1840, Lourenço Dantas Correia de Góis foi eleito deputado provincial, em 1880, Manoel Dantas Correia de Góis foi eleito como deputado provincial e logo depois se tornou presidente da assembleia, eleito como deputado geral, mas com sua renúncia ao cargo se torna novamente deputado provincial novamente.

Mas suas participações ainda aconteceram ao longo dos anos, quando o avô de João Dantas, o deputado Manoel Dantas assumiu a presidência da província da Paraíba, em 1889, ano em que seu filho o Dr. Franklin Dantas Correia de Góis, foi eleito deputado geral fato esse que o colocou em posição de prestígio posteriormente ocupando a chefia da família e da política em Teixeira e região, como também a participação de José Duarte Dantas de Vasconcelos sobrinho de Manoel Dantas, que ocupou lugares de destaque na Paraíba e Pernambuco como secretário de estado, delegado, chefe de polícia e juiz de direito.

O poderio conquistado ao longo dos anos pela família Dantas, resultado de uma intensa participação política e da atividade agropecuarista se refletiu no casamento do pai de João Dantas, o médico Dr. Franklin Dantas Correia de Góis casou-se com Júlia Veloso, que como aponta Melo (2002, p.37): “filha única do comerciante e fazendeiro João Veloso de Azevedo”, que fixaram residência no município de Mamanguape, terra dos seus sogros.

A vida da família materna de João Dantas girava em torno do litoral paraibano com grande prestígio social e econômico como aponta Melo (2002, p. 37):

O casal Veloso de Azevedo vivia num meio social festivo, decorrente da própria riqueza e da vida florescente de Mamanguape, que desde os idos de 1850 mostrou-se próspera, com as zonas do brejo, caatinga e sertões, todas tributárias do comércio dessa cidade e do porto de Salema. Grandes firmas exportadoras do Recife levaram então filiais e agências para a nova praça (MELO, 2002, p. 37).

Participantes de um ciclo social favorecido os jovens Franklin Dantas e Júlia Veloso, mesmo vivendo em regiões diferentes da Paraíba, contraíram matrimônio ainda jovens, como aponta a figura 2, a seguir:

Figura 2: Dr. Franklin Dantas Correia de Góis e Júlia Veloso



Fonte: Espaço PB (2020).¹

Como era de costume na alta sociedade da época, os casamentos entre famílias de grande poderio econômico e social, o casamento de Franklin Dantas e Júlia Veloso não fugiu a regra, dessa união nasceu quatro filhos: João Duarte Dantas, Manoel Duarte Dantas, Joaquim Duarte Dantas e Jacinta Felisbela Duarte Dantas.

Entre os filhos do casal, o que mais se destacou foi João Duarte Dantas, que nasceu na cidade de Mamanguape no dia 12 de junho de 1888, João cresceu em um ambiente de prosperidade, visto que foi criado e educado pela sua avó materna D. Joaquina Veloso de Azevedo, onde recebeu uma educação privilegiada, como aponta Melo (2002, p. 38):

Aos 12 anos cantava e recitava ao piano e já dançava com desenvoltura. Aos 16 anos seu pai mandou-o para a Capital do Estado, onde cursou o Liceu Paraibano, tendo em 1907 terminando o curso de Humanidades. Fez o curso jurídico na Faculdade de Direito do Recife e de seus primeiros passos como jornalista no Pernambuco, jornal do professor de Direito, Henrique Millet (MELO, 2002, p. 38).

Ao longo dos anos João Dantas se firmou na atuação na área do direito, como aponta Alexandre Nunes, era um homem cortês, educado além de bonito e

¹ Disponível em: <https://espacopb.com.br/v/joao-dantas-o-homem-que-mudou-o-curso-da-historia>.

charmoso, além de ser um homem reservado, pudico e íntegro o homem do fio do bigode, sua moral e princípios se refletiam em suas atuações como advogado e como jornalista, como menciona Melo (2002, p. 74):

João Dantas, diz seu irmão Manuel Dantas. Nunca recusou auxílio aos que lhe batiam à porta, também sua pena de advogado ou jornalista era pronta na defesa gratuita em bem dos perseguidos e desamparados. Sua atuação na imprensa ou nos autos demonstrou que tinha talento e era trabalhador infatigável. Era honesto e sem vícios — não fumava, não se embriagava e nem jogava. Tinha ambição de fazer carreira e subir, neste propósito, era combativo e sincero (MELO, 2002, p. 74).

Além de sua boa fama profissional João Dantas também mantinha uma boa relação com seus familiares, segundo Dantas (1982, p. 47): “João Dantas tinha veneração pelos pais, tinha verdadeira estima pelos irmãos. Ele foi educado no culto da honra e da dignidade”, sua criação e educação refletem traços fortes em sua imagem seria e de olhar marcante, como demonstra a figura 3.

Figura 3: João Duarte Dantas



Fonte: Joffily (1979).

Sua atuação como advogado baseada em seus princípios morais lhe trouxe grande fama como bom e justo profissional, pois mantinha uma postura ética baseada em agir dentro de sua conduta pessoal também nos tribunais, sendo um jurista de destaque nas cortes paraibanas, como aponta Dantas (1982, p. 103):

João Dantas, o cesaricida, era um dos melhores advogados de sua época, e isto foi dito ao autor, por dois homens que merecem fé. Um foi o próprio José Américo, outro o Desembargador José Flósculo da Nóbrega, conhecido em toda a Paraíba pela cultura e retidão do caráter. Ambos

disseram que o Dr. João Dantas tinha sido patrono de importantes causas no Fórum da Capital. Tinham até advogado juntos (DANTAS, 1982, p. 103).

É inegável o quanto sua fama profissional foi um dos fatores preponderantes no que diz respeito a propiciar sua aceitação no meio social. A figura 4 evidencia o quanto ele era benquisto pela população.

Figura 4: João Dantas em companhia de alguns colegas



Fonte: Joffily (1979).

Seu sucesso se refletiu em suas contratações, pois como indica Dantas (1982), empresas estrangeiras sempre o procuraram, como também as nacionais, sendo ele o advogado do Banco Do Brasil, na Paraíba, que “esteve por muito tempo ao serviço do dito banco, tendo até recebido elogios do presidente do mesmo banco, José Maria Witeker no governo de Epitácio Pessoa” (DANTAS, 1982, p. 23).

Constata-se que os interesses de João Duarte Dantas, girava em torno da defesa de sua conduta irrefutável como advogado, como também em manter uma boa relação familiar em seu meio doméstico, considerando que representação como aponta Pesavento (2014):

As representações são também portadoras do simbólico, ou seja, dizem mais do que aquilo que mostram ou enunciam, carregam sentidos ocultos, que, construídos social e historicamente, se internalizam no inconsciente

coletivo e se apresentam como naturais, dispensando reflexões (PESAVENTO, 2014, p. 41).

A imagem transmitida de João Dantas, segundo as análises das obras citadas anteriormente reflete um homem que viveu dentro de seus princípios que consistia em honra, respeito, ética profissional e amor pela sua família, sendo um bom jurista, irmão e filho.

A personificação de João Duarte Dantas representa duas épocas distintas na história, uma que se remete ao momento antes das transformações políticas havidas na Paraíba, anteriormente ao governo João Pessoa, e posteriormente sua representação se transformação como aponta Melo (2002):

Duarte Dantas foi chamado de “vilão de Teixeira, cangaceiros pelos antecedentes até a terceira geração” — aliada a João Suassuna, “João Tamboeira, jungidos os dois á mesma canga da mais repulsiva degradação moral” — “alma convulsa de trabuqueiro (Duarte Dantas), com todas as qualidades de perversidade e cobardia dessa entidade anacrônica trazida á actualidade pelo desvario do perrepismo casado aos instintos desordenados de José Pereira” — A União, 6 de abril de 1930 (MELO, 2002, p. 105).

Observa-se que por meio do uso da comunicação oficial do estado da Paraíba, o jornal A União, que a figura de João Dantas e correligionários que se tornaram opositoristas do governo passam por uma transformação de representação, pois a partir daí passaram de aliados aos inimigos da política elitista, transformando profundamente o cenário publico das relações governamentais do estado.

4 JOÃO DANTAS NOTICIADO OU (ANTI-HERÓI)

Diante de um cenário político, social e ideológico extremamente desestabilizado na década de 30, torna-se então perceptível a inserção de João Duarte Dantas na história política da Paraíba, em consonância a isso, denota-se então que, uma cronologia de fatores históricos intercalados foi crucial para a construção dessa conjuntura permeada por desavenças, antagonismos e de incompatibilidade ideológica.

Concomitante a isso, a partir do espírito de transformação trazido por João Pessoa para o solo paraibano, também esteve marcado na formação da chapa eleitoral, visando os interesses do presidente com seu plano de renovação, as escolhas dos nomes para deputados e senadores divergiram dos desejos dos apoiadores do seu governo, com isso dando início a uma crise que transformou a política estadual.

Em um cenário já desestabilizado pela “campanha contra o banditismo, a luta pelo desarmamento e, a mais ferrenha, a guerra tributária” (COSTA, 2009, p.45), a exclusão dos nomes tradicionais da disputa eleitoral piorou em um cenário já fragilizado, colocando em cheque tradições enraizadas nos meios familiares do sertão dos coronéis poderosos e influentes.

A retirada de nomes indicados ao presidente atingiu o ex-presidente do estado um dos chefes políticos sertanejos, João Suassuna, que possuía grande prestígio entre os coronéis locais e tinha na figura de sua esposa a senhora Rita de Cássia Dantas-Villar Suassuna, uma ligação direta com a tradicional família Dantas de Teixeira e ao Coronel José Pereira, chefe político de Princesa Isabel.

O intuito de mudança, de João Pessoa a retirar o prestigioso chefe da plutocracia sertaneja das disputas eleitorais vem acometido de “um grande erro, pois Suassuna era um forte coronel do sertão paraibano, que mantinha uma extrema ligação com outros chefes sertanejos, formando, dessa fora, o espírito político do sertão” (COSTA, 2009, p.47).

O espírito de união dos políticos sertanejos que durante muito tempo mantiveram apoio ao mandonismo político de Epitácio Pessoa se manteve firme até mesmo quando discordaram da escolha de João Pessoa, mas viu-se o apoio sendo diminuído em virtude das ações do mesmo. Com a descaída do Epitacismo, em consequência dos rompantes de João Pessoa veio o rompimento com o coronel

José Pereira, chefe político de Princesa Isabel e um dos maiores coronéis do nordeste brasileiro que, segundo Almeida (1978):

Era um tipo sólido, moreno pálido, de estrutura acima de mediana, dotado de atraente simpatia pessoal, sempre a rir com o riso baixo. Faltava-lhe tudo para ser o “coronel” que ainda remanesca em alguns recantos do Nordeste pela força das armas. Era lento e sem expansões gritantes, conquanto dominado pela paixão da força e pela sede de domínio. Filho de um chefe influente abandonara o curso de Direito, no Recife, para ir tomar conta de seu irrequieto município. Nos momentos de agitação, mobilizava sua milícia. No governo Suassuna, engajou-se na repressão à coluna Prestes, que travessou a Paraíba. Fora também armado para perseguir o grupo de Lampião (ALMEIDA, 1978, p.34).

Assim, na figura 5 é perceptível José Pereira com homens de confiança, os quais eram denominados como cangaceiros e eram sempre solicitados em situações de agitação por José Pereira.

Figura 5: José Pereira e homens de sua confiança



Fonte: Joffily (1979).

A causa da sua saída não foi repentina, motivada por desgostos anteriores, teve na formação da chapa para o senado e para a Câmara federal, o estopim para o rompimento com a saída de João Suassuna da chapa aliancista.

A saída de José Pereira das bases epitacistas após 15 anos de apoio gerou o início da desestabilização da política paraibana, pois junto a sua saída também veio a oficialização da chapa do catete ou perrepista como ficou mais conhecida, como sendo a sua escolha política para eleição que se aproximava, não só do coronel como também da Família Dantas, aliada de José Pereira e oposição a João Pessoa e a chapa aliancista.

A resposta do governo foi rápida, colocando José Pereira e os Dantas como opositores não poupando esforços para atingir suas honras e territórios, o que

resultou na Revolta de Princesa. O primeiro ato foi enviar tropas a Teixeira, que chegaram no dia 28 de março que segundo Dantas (1882, p. 81):

Não havia perturbação da ordem pública em Teixeira nem faltas de garantia a pessoas e bens, por partidários do Dr. Duarte Dantas, do contrário a grita seria escandalosa; foi, tão somente, o propósito de amedrontar, de coagir os ânimos dos partidários adversos (DANTAS, 1981, p. 81).

Esse ato foi à primeira bala trocada do conflito, considerado um ato desumano, pois as ações mais violentas foram realizadas contra os membros da família Dantas onde “prendeu minha tia Ernestina, minha tia-avó, tia Cota e meu tio Manuel Dantas Vilar, que estava desarmado. Levou-os para cadeia e começou a ameaça-los com a degola, coisa em que era useiro e vezeiro” (JANUÁRIO, 2009, p. 55).

Com o intuito de prejudicar as eleições de 1º de março temendo a derrota para a chapa perrepista, esse envio de tropas fez com que os ânimos já aflorados fossem sendo cada vez mais atiçados, pois as represarias contra a família Dantas não cessaram ai, além do atentado em Teixeira, houve também o sequestro de Joaquim Dantas, irmão de João Dantas que:

Sem se saber por que, a polícia mandou prendê-lo e enviou-o para Piancó, que era a sede do comando das operações contra Princeza, onde ficou detido durante vinte e sete dias, só sendo posto em liberdade em virtude de habeas corpus, concebido pelo Supremo Tribunal de Justiça e a que o Secretário de Segurança deu fiel cumprimento (DANTAS, 1982, p. 90).

A reação da família a tamanho desacato, uma prisão ilegal de um Dantas que a anos estava longe do seio familiar, foi de revolta a perseguição sofrida a mando do presidente João Pessoa, como afirma Dantas (1982, p. 91): “acabo receber confirmação continua incomunicável Piancó sob vistas vossa chefe policia meu irmão Joaquim, sequestrado vossa ordem desde 23 de maio, enquanto fizeste policia informar falsamente Tribunal ter sido posto em liberdade”;

A resposta em carta redigida por João Dantas direcionada a João Pessoa demonstra o sentimento de indignação que perpassava em cada membro da família, pois além da invasão a Teixeira, houve também como aponta Dantas (1982), incêndios em fazendas pertencentes à família em grande violência e destruição, mas que família não se intimidou e respondeu demonstrando a coragem sertaneja eu corria em seus sangues.

Assim, de acordo com Dantas (1982, p. 91) “matais, depredai, vontade, aproveitando cômoda oportunidade de satisfação vossos instintos, mas ficai certo nenhum Dantas se amedrontará nem se humilhará diante vosso capricho”.

A resposta publicada evidencia um acontecimento do delicado momento vivido na Paraíba, o conflito jornalístico que se dividia entre situação e oposição, que utilizava das folhas dos jornais para transmitir suas mensagens, aliancistas utilizando o jornal “A União” e os perrepistas o “Jornal do Commercio” publicado em Pernambuco.

O retorno dado pela família especialmente por João Dantas promoveu alvoroço e violência por parte dos integrantes do governo segundo Dantas (1982), o jornal oficial de comunicação do estado “A União” passou a atacar o advogado em suas publicações, porém esses ataques não se restringiram apenas ao periódico, a violência incentivada pelo estado saiu das palavras para a ação quando aconteceu o arrombamento da residência de João Dantas na capital do estado, como aponta Dantas (1982, p. 92):

Contra o ausente João Dantas, porém, a ação policial se exerceu por forma inexplicável. Assim é quem enquanto rolava a polêmica, a policia arrombou a residência de João Dantas — um sobrado na Rua Duque de Caxias — a pretexto de procurar armas, que não foram encontradas. Essa diligência, praticada sem forma nem figura de juízo foi ruidosamente noticiada pelo órgão oficial (DANTAS, 1982, p. 92).

A figura 6 representa a invasão da residência de João Dantas, evidenciando o incêndio dos móveis e todos os pertences de João Dantas.

Figura 6: Invasão da residência de João Dantas



Fonte: Amorim (2014).

Na ausência de uma justificativa plausível para justificar uma invasão que nada encontrou esse ato, porém não se limitou apenas ao arrombamento, aproveitando-se da ausência do mesmo, a polícia voltou, revisou todos os papéis e documentos que ali encontrou e arrombou um cofre que estava fechado. No dia seguinte, o órgão oficial pulicava várias cartas apreendidas, as quais podiam ser interpretadas como comprometedoras da honorabilidade da família, essas publicações com intuito de justificar a violência do governo e apontar uma motivação para todos os ataques à família Dantas, pois como não encontraram nada que os incriminasse tentaram forjar motivos para a perseguição (AMORIM, 2014).

Dentre os episódios da escalada de hostilidade políticas na Paraíba esse ato foi o de maior problemática, pois o presidente João Pessoa se encontrava em expediente segundo Dantas (1982) no mês de julho entre os dias do arrombamento e o início das publicações que foram entre o dia 10 a 23 de julho, ficando assim comprovado que o presidente João Pessoa encontrava-se na capital e em pleno exercício do cargo durante todo o funesto período que se iniciou com a violência policial no apartamento de João Dantas e que terminou no dia da trágica viagem ao Recife.

Inegavelmente, os conflitos políticos-ideológicos que decorreram no estado da Paraíba na década de 30 foi um fator que contribuiu, de forma demasiada, para a interposição, de forma efetiva, de João Duarte Dantas na história da Paraíba, isto porque este indivíduo caracterizou-se principalmente por não hesitar em honrar a sua família, cometendo assim o assassinato de João Pessoa.

Ao analisar o contexto sócio, histórico e político do estado da Paraíba no século XX, é notório um cenário permeado por muitos conflitos políticos, os quais propiciaram que posteriormente fossem criadas muitas concepções acerca de João Dantas que estiveram, portanto, ressaltadas nas entrelinhas da historiografia local da Paraíba.

Pode-se evidenciar que alguns fatores foram extremamente enfáticos no tocante a propiciação desses conflitos perceptíveis na época, sendo assim, torna-se necessário evidenciá-los e, sobretudo, entender como se deram as principais consequências disso no quesito de construir uma preconcepção de João Duarte Dantas como Anti-Herói/ vilão da história e João Pessoa como protagonista, sendo heroicizado pela sociedade e jornais da época. Sendo assim, fica visível o início do processo de construção da mitificação de João Pessoa.

Conforme alude Castelo Branco (2005, p. 28) o mito apresenta como intuito genuíno "[...] revelar os modos exemplares de todos os ritos e atividades humanas significativas: tanto a alimentação ou o casamento, quanto o trabalho, a educação, arte ou a sabedoria".

Não obstante, é possível então ressaltar que o processo de mitificação de João Pessoa se deu de forma unânime e contínua, derivado principalmente a partir da concepção de que ele foi traído, perdeu sua vida de forma precoce e desumana, conquanto, corroborando para a construção do mito João Pessoa outros aspectos estiveram correlacionados, a saber: a invenção de tradições elaboradas por constituintes da Aliança Liberal, estando estes situados em alguns locais da memória social.

As tradições que são inventadas são caracterizadas e subdivididas em três principais categorias, quais sejam: a) as que contribuem para a construção da coesão social, subsidiando ainda condições para inserção de determinado grupo, b) têm-se ainda as que corroboram para a efetivação da legitimação de status, instituições ou até mesmo estabelecimento de relações de autoridade, c) as que se objetivam em impor determinados padrões de comportamento estereotipados, sistema de valores e ideias (HOBBSAWM e RANGER, 1984).

Paralelo a isso, a partir de uma análise minuciosa dessas subdivisões supracitadas anteriormente, pode-se então constatar que a mitificação de João Pessoa atende a todos os três requisitos, haja vista que, apresenta o intuito de coesão social, embasados no golpe de Estado da Aliança Liberal, favorece a legitimação do Estado como detentor de valores, ideias e rituais que devem ser socializados na população.

Concomitante a isso, o primeiro fator relevante que pode ser levado em consideração é a questão política da época, onde a família Pessoa que era representada politicamente por Epiácio Pessoa, o qual tinha poderes significativos no que diz respeito à nomeação do candidato a presidente do Estado. Considerando a necessidade de uma renovação na cara da política paraibana, Gurjão (1994) traz uma consideração relevante e inerente ao assunto:

Para mim, a primeira condição do candidato hoje, sob o ponto de vista do nosso interesse interno, seria o ser de fora do estado, não está envolvido diretamente na sua política e, portanto não ter nela preferência ou prevenções de pessoas ou de grupos. Isto lhe daria isenção e autoridade

bastante para resistir a certas injunções, por cobro a certos abusos, selecionar e moralizar a política (GURJÃO, 1994, p.70).

Diante da necessidade da renovação política paraibana e da influência da família Pessoa, exercida por Epitácio Pessoa a escolha não fugiu a regra, sendo João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque (figura 7) o escolhido para tal cargo, sobrinho de Epitácio Pessoa, o qual atua como Ministro do Supremo Tribunal Militar.

Figura 7: João Pessoa



Fonte: Joffily (1979).

Iniciando-se em 22 de outubro de 1928, a administração de João Pessoa tem como base a promessa do reformismo, pois como aponta Januário (2009), existiam dois motivos para tal promessa “primeiro o de que a política do Estado era viciada e corrupta e a administração ineficiente; o segundo, o de que estava na Paraíba fazendo um favor, nada devendo ao partido que o elegeu, o que lhe permite uma completa liberdade de ação” (JANUÁRIO, 2009, p. 29).

O sentimento de reestruturação trazido por João Pessoa para a gestão do estado dividiu opiniões, segundo Januário (2009), existiam pontos de vista diferentes entre o litoral e o interior, na capital sua administração era elogiada principalmente pelas melhorias realizadas na capital do estado, enquanto a população do interior não aprovavam suas ações, essa desaprovação trouxe consequências para a chefia do mandato.

A sensação de contrariedade do campo paraibano se deu segundo Januário (2009), por causa das duas leis aprovadas por João Pessoa que interferiram diretamente na vida dessas populações, a primeira delas veio em forma de decreto

de nº 1545, aprovada em 30 de novembro de 1928, que determinava uma espécie de pedágio nas estradas do estado, esse decreto tinha como função a cobrança de todos os transportes nas estradas, por meio da instalação de porteiros em diferentes localidades, tal medida rendeu ao presidente o apelido de “João Porteira”.

A segunda lei causadora de maior revolta foi à Lei Tributaria 673, decretada em 17 de novembro de 1928 que tratava de assuntos ligados ao sistema de importação e exportação da Paraíba, visando uma diminuição da comercialização de cidades paraibanas com outros estados, especialmente Pernambuco que devido a sua localização tornava-se um ponto de comércio mais favorável que a capital do estado.

De forma análoga, a metamorfose que atravessava a Paraíba, a política nacional também sofria alterações, segundo Januário (2009), com a quebra do pacto conhecido como “política do café com leite”, que revezava apoios para o presidente do país entre São Paulo e Minas Gerais, houve a criação da chapa da Aliança Liberal liderada pelos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul.

Apesar da grande insatisfação da população com as ações e condutas que haviam sido adotadas por João Pessoa, cabe evidenciar que, ainda assim houve uma adesão dos eleitores da Paraíba à chapa aliancista, já que Epitácio Pessoa demonstrou seu apoio eleitoral à respectiva chapa, e era perceptível o quanto o Epitacismo era influente o que favoreceu a significativa adesão à chapa, quanto a isso Dantas (1982, p. 161) aponta que:

A política é “astúcia, é artifício, é maneira hábil de agir”, na generalidade, para efeito de subir no meio social, na política ou na administração do Estado. Para isto, escalar a riqueza, o poder ou a glória, empregam os indivíduos os meios a seu alcance — “a manha, a sagacidade para enganar, o artifício, o ardil, habilidade, dissimulação; e maneira hábil de agir”. Contudo que consigam o fim visando naturalmente sem escolher meios lícitos, ou ilícitos, é lógico (DANTAS, 1982, p. 161).

De maneira não paradoxal, torna-se extremamente relevante ressaltar que, a mitificação de João Pessoa se deu de forma errônea, em primeiro viés porque o modo operante da política corrompe o homem para que a mesma atenda aos seus interesses, de acordo com as necessidades apresentadas em seu governo. Não obstante, há ainda as questões associadas à desvalorização por parte de João Pessoa aos seus aliados políticos que durante anos compuseram a chapa familiar dos Pessoa.

Diante disso, ainda neste íterim, é possível ainda abordar algumas considerações que se tornam relevantes para a construção de um melhor entendimento de quem era João Pessoa, enquanto ser humano, dito isto, de um modo geral, ficou perceptível que ele era um sujeito de características boçal, arrogante, desleal, covarde, incorruptível, que se colocava sempre acima do bem e do mal, não obstante, claramente, a partir de evidências históricas, fica notório que se superiorizava, deixando as outras pessoas em situação de inferioridade. Estes aspectos deixam em evidência e corroboram para a comprovação que a mitificação de João Pessoa ou de qualquer outra figura ocorre de forma equivocada.

Em decorrência dos fatos históricos ainda da década de 30, notoriamente, o assassinato de João Pessoa derivou uma série de construções de concepções relacionadas a João Duarte Dantas e João Pessoa, sendo estes enfatizados por uma campanha midiática feita pelos jornais da época em que destacavam João Dantas como o covarde e assassino, construindo uma imagem estereotipada deste sujeito, e João Dantas como o frágil, traído e prejudicado da história. Dessa forma, o tópico abaixo aborda de forma enfática essa contextualização.

4.1 O Assassinato de João Pessoa

Em uma sociedade cujos valores como: honra, coragem e respeito ao trabalho são pilares desde o berço, as publicações com o intuito de difamar e desacreditar os membros da família Dantas, singularmente João Dantas provoca ainda mais tensões, pois coloca João Dantas em posições controversas as suas ações e valores como aponta a reportagem: “João Dantas não tinha coragem de um só gesto de descontentamento diante do presidente João Pessoa, que todo dia encontrava nas ruas” (A União, 03 de Junho de 1930).

O trecho da publicação se remete a João Dantas como um homem acovardado, que mesmo deixando público através de cartas e publicações seu posicionamento com relação ao presidente, não possuía arrojo para confrontá-lo cara a cara.

Para além da propagação de calúnias e difamações, o periódico A União também fez a vulgarização com escritos particulares do jurista, roubados de sua residência por meio de uma estranha ação policial, de modo que evidencia a reportagem: “Os documentos encontrados „A União” começará amanhã a publicar,

porquanto os mesmos contêm curiosas revelações sobre os miseráveis modos de agir dos inimigos da *Parahyba*, dos quaes o tarado João Dantas era uma espécie de espião e consul geral nesta cidade” (A União, 22 de julho de 1930).

A passagem da reportagem se remete a João Dantas como traidor do sistema político comandado por João Pessoa por se comunicar com simpatizantes perrepistas, mas também como tarado que se remete a um homem que não respeita as mulheres da sociedade fato esse que inexistente a sua conduta que atentam contra sua honra pessoal.

Os textos publicados não se restringiram apenas a João Dantas, o ódio transmitido em palavras também atingiu outros membros de sua família como o ex-presidente da Paraíba João Suassuna apontado como: “O trãnsfuga João Suassuna, homem desprovido de qualquer sombra de dignidade... Os pendores da família Suassuna para o cangaço.” (A União, 24 de Julho de 1930).

Contudo, a hostilidade das impressões também acertou o chefe da família colocado como ladrão pelas colunas da “A União”:

O chefe da quadrilha é, como se verá, o velho Franklin, que no Rio, acocorado á sombra do “leader” Villaboim e outros perrepistas, arranjava as coisas de modo que seus filhos e aggregados daqui do Estado pudessem commodamente desfructar a vantagem dos dinheiros mal adquiridos (A União, 25 de julho de 1930).

E na continuação da publicação o autor se refere a como acontecia o suposto esquema de fraude na indústria das secas, sendo redigido de acordo com os interesses dos envolvidos na publicação, como aponta o texto publicado:

É uma bachanal de roubalheiras. Franklin Dantas esforçar-se, na metrópole, por receber o premio pela construção simulada de açudes velhos de sua propriedade edificadas fora das bases regulamentares; aqui os seus filhos ou propostos a subornar funcionários das Sêccas para alchimia dos orçamentos exagerados, de modo que o seu vulto permittisse grandes melhoramentos na propriedade, com a sombra de labugem para o “racha”; acolá as ordens expressas dadas pelo inspetor das Sêccas para que a administração destas restringisse as vantagens desses estudos unicamente ás propriedades de partidários do sr. Júlio Prestes, com exclusão de liberais (A União, 25 de Julho de 1930).

O noticiário com o intuito de incriminar toda a família com uma impressão sobre as obras da seca produz uma narrativa que acusa tanto o pai quanto os filhos de beneficiamento ilícito por meio da construção e reformas de açudes em propriedades, abalando com isso a honra familiar dos Dantas, pois além de não existir comprovação das fraudes citadas, a indústria das secas tinha o proposito de

melhorar as instalações dos açudes do estado para melhor captação de recursos hídricos.

Entendendo que as publicações faziam parte do governo e advém de quem fazia parte dele, subtendeu-se que tudo partia do aval do presidente, mas na verdade, assim, de acordo com Dantas (1982, p. 119):

João Dantas foi vítima da miserável conjura que preparou a trama de fazer „O DESAPARECIMENTO DE JOÃO PÉSSOA”, como queriam Getúlio Vargas e os outros conjurados, inclusive o Dr. José Américo e seus outros comparsas da Paraíba (DANTAS, 1982, p. 119).

As intrigas realizadas contra a família Dantas tinha um propósito como citado anteriormente o fim de João Pessoa, que segundo Dantas (1982), foram idealizados através do desejo de vingança de integrantes do próprio governo que anteriormente foram prejudicados de alguma forma pelas ações de João Pessoa. Conhecendo o temperamento de João Dantas o atacaram em seus pontos fracos, sua honra, sua família e seu trabalho.

Como consequência do panorama da política paraibana o desfecho foi sendo escrito por caminhos tortuosos, exilado fora da Paraíba João Dantas teve conhecimento através da publicação da A União que dizia:

Com destino ao Recife, viaja hoje o sr. presidente João Pessôa, que na vizinha metrópole do sul vae visitar o seu amigo particular dr. Cunha Mello, juiz federal de Pernambuco, e que se acha convalescente após internação cirúrgica a que se submettêra. A demora do chefe do govêrno será muito curta. Hontem, ás 18 horas ocorreu em Palácio a solenidade de transmissão do poder ao vice-presidente, dr. Álvaro de Carvalho (A União, 26 de julho de 1930).

Na mesma edição que anunciava o destino do presidente a capital pernambucana, as ofensas e confirmação do arrombamento a casa de João Dantas também publicado, com a exposição de escritos pessoais do advogado, sendo essa a última publicação antes do trágico desfecho dessa querela, como aponta o fragmento a seguir:

“No cofre marca Torpedo encontrado no quarto do bacharel João Dantas a policia achou notas redigidas pelo próprio punho do espião com a narrativa de atos amorais pelo mesmo praticados. Tais noras não podem ser publicadas porque ofendem ao decoro comum. Mas quem quiser vê-las o pode fazer na policia.

Havia também versos e entre eles o seguinte acróstico, onde João Dantas confessa sua ancestralidade de bandido:

Meu Sangue

Em minhas veias circula
Um sangue carniceiro...
Golfante, rubro, pulula

Na artéria prisioneiro
 Artéria que te estrangula
 Sangue mau, de cangaceiro.
 (A União, 26 de julho de 1930).

As passagens trazidas pela A União foram produzidas em sequência entre os meses de junho e julho de 1930, os ataques realizados por membros do governo responsáveis por redigir e publicar os textos foram ocasionadores junto a todos os outros episódios desenrolados dessa inimizade, construída por terceiros, de um fim catastrófico de dois destinos fadados ao infortúnio.

Posto isso, pode-se então inferir que o acontecido do assassinato de João Pessoa precedeu-se da seguinte forma, conforme cita Joaquim Inojosa (1978, p. 211 e 212):

Foi na tarde de 26 de julho de 1930, pelas 17h30min, que tombou assassinado na Confeitaria Glória, no Recife, o Presidente João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. Achava-se sentado em torno de pequena mesa, tomando despreocupadamente o seu chá, em companhia dos amigos Agamenon Magalhães, advogado e ex-deputado federal, Caio de Lima Cavalcanti, diretor substituto do Diário da manhã, e o comerciante Alfredo Whatley Dias. Apesar de envolvido numa luta feroz qual o caso de Princesa e cercado de inimigos por todos os lados, fazia-se acompanhar apenas de duas ordenanças; além disto, até a sua visita ao Recife, fora pela manhã imprudentemente anunciada no jornal A União (...) Era o chamariz para a morte (INOJOSA, 1978, p. 211 e 212).

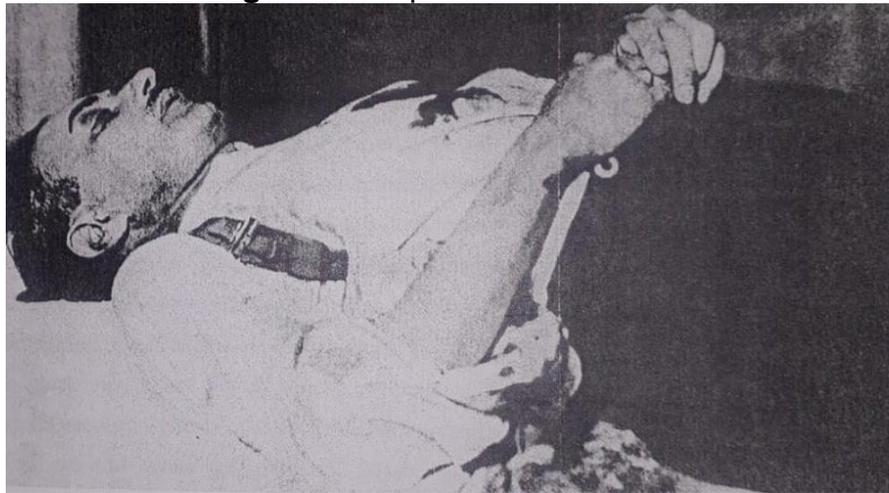
Seguido disso, Joaquim Inosa (1978, p. 2012) continua descrevendo que:

Um vulto de sertanejo resoluto entrou pela porta lateral da Confeitaria, rua de santo Amaro, aproximou-se do Presidente e sacando de um revólver, desfechou-lhe toda a carga à queima-roupa. Um tiro falhou: João Pessoa tentou erguer-se, esboçando um sorriso, mas a rapidez dos demais disparos o prostrou. Talvez ainda ouvisse a exclamação arrogante - Eu sou João Dantas! , como a dizer: ajustamos as nossas contas. Levado para a Farmácia Pinho, faleceu o infeliz homem público, quando os primeiros socorros lhe eram prestados, com aplicações de soros reanimadores (INOJOSA, 1978, p. 212).

Sendo assim, torna-se então percepto o quanto o desejo de vingança de João Dantas contribuiu de forma exponencial para o acontecido, pois, segundo Januário (2009), independente das circunstâncias aos quais fossem submetidos, o assassinato de João Pessoa seria um fato inevitável, principalmente porque se tratava de uma questão de honra para João Dantas, a qual era tão venerada pelos sertanejos, que conforme aponta seu irmão Dantas (1982, p. 70): “Também o que João Dantas suportou! É um homem de honra. Cabra Macho.”

A partir do apontamento feito por Dantas (1982) fica então notório que, o desejo de vingança foi construído de forma interpessoal por pessoas do convívio de João Pessoa para atingir João Dantas, reforçando o quanto ele já tinha suportado situações intoleráveis, o que corroborava para aflorar ainda mais a pretensão de se vingar para sua própria honra, criando-se assim um contexto favorável para o acontecimento que culminou a morte de João Pessoa, a figura 8 retrata o corpo de João Pessoa.

Figura 8: Corpo de João Pessoa



Fonte: Joffily (1979).

Atrelado a isso, infere-se que, com a morte de João Pessoa, concretizou-se o desejo de vingança não somente de João Dantas de forma intraespecífica, mas de várias outras pessoas que já haviam sido afetadas de alguma forma por João Pessoa e que acabaram sendo representadas por ele, o qual cometeu o crime.

5 JOÃO DANTAS ESQUECIDO (O AVESSE DA MEMÓRIA)

Incontestavelmente João Dantas foi um sujeito histórico extremamente relevante no cenário político-ideológico do Brasil e, sobretudo da Paraíba. Além disso, deve-se ainda considerar que este fazia parte de uma família imensuravelmente influente e forte politicamente, de modo a contribuir para a constituição e representação histórica de João Dantas. No entanto, é possível inferir que este sujeito acabou se tornando vítima do “esquecimento histórico”, devido a diversas razões e motivos distintos.

5.1 Esquecimento como recurso da memória social

No geral, pode-se inferir que, a memória é muitas vezes entendida como seu contexto individual, o qual evidencia um rol de sentimentos e eventos passados de um indivíduo em particular, podendo este ser associado como o cheiro de recordar a infância ou eventos extraordinários. Todos retêm os elementos que os tornam quem são porque ajudam a construir a identidade de um indivíduo. No entanto, a memória pode e é primeiramente compreendida como um fenômeno social. Sendo então caracterizada como um fenômeno social, a memória torna-se, dessa forma, responsável por destacar historicamente sujeitos que se mostraram socialmente importante e concomitante a isso, atribui-los a sua devida importância.

Neste mesmo viés, é possível inferir que os meios de comunicação, como por exemplo: os jornais, é um importante viés de enquadramento da memória, conforma aponta Enne (2004, p. 114): “os jornais, ocupam um lugar privilegiado como formadores e armazenadores da memória social”.

Os jornais funcionam construindo a memória, então esse trabalho é feito a partir de discursos baseados na realidade que escolhem os acontecimentos que serão noticiados. Intencionalmente, nem todos os fatos ocupam as páginas do jornal, e o discurso resultante é direcionado a um público específico. Concomitante a isso, faz-se então relevante abordar uma contribuição feita por Bezerra (2008):

O discurso ideológico será resgatado, reproduzido a contradição social, em sistemas de valores moldados à necessidade de cada grupo, pressionando o adversário com seu sistema de valores na re(produção) do conhecimento e na forma relacional de pensar, como na justificativa da conduta dos revolucionários ao explicitar suas diferenças com o inimigo,

impulsionados para a luta na defesa do que julga ser o bem e a liberdade (BEZERRA, 2008, p. 53).

Sendo assim, quando fatos e acontecimentos marcantes deixam de ser noticiados pelos jornais, notoriamente, torna-se então perceptível que as figuras representativas acabam sendo, de certa forma, “esquecidas” e vão se esquivando da sociedade.

Posto isso, o esquecimento social de João Dantas foi perceptível e ocasionado, principalmente, pela forma que os jornais o “apagavam”, quando o sujeito deixará de aparecer nas principais manchetes de grandes jornais, contribuindo cada vez mais para que a sociedade esquecesse esta figura histórica, conforme será elencado no próximo tópico.

5.2 A forma como as notícias “Apagam” João Dantas

Para uma análise historiográfica foi averiguado o Jornal A União, sendo este caracterizado por ser estatal da Paraíba, durante a pesquisa ficou perceptível à escassez de matérias que construíssem uma boa imagem a respeito de João Dantas, ficando exposto a imperceptibilidade e ambivalência com a qual este sujeito era abordado no jornal. É possível citar que este fato transcende, excepcionalmente, porque João Pessoa tinha controle das informações divulgadas.

O presidente João Pessoa de fato é que era o verdadeiro diretor d" União. Todos os artigos, notas, publicações em geral saiam com ordens diretas dele (Declaração do Jornalista Natanael Alves, A União, 26/07/1978).

A morte de João Pessoa estremeceu o território paraibano do litoral ao sertão, pois na capital do estado o sentimento de luto e revolta contra os perrepietas tomaram conta das ruas com uso de violência e alvoroço por todas as partes, já no sertão os rumos da revolta de princesa mudaram também uma vez que foi um apoiador de Zé Pereira quem cometeu o assassinato do presidente.

As consequências do ato de levar sua honra com sangue foram responsável pela construção do sujeito enquanto representação histórica da figura de João Dantas, pois como aponta Catroga (2015, p. 12) “o sujeito mesmo antes de ser um eu, já está, a um certo nível imerso na placenta de uma memória que o socializa e à luz da qual ele irá definir, quer a sua estratégia de vida, quer os seus sentimentos de pertencer e de adesão ao coletivo”.

A idealização do sujeito quando firmada na memória social constituída dos traços do passado que permanecem vivos na vida social dos grupos, ou o que os grupos fazem com esse passado, são esses traços que nos fazem agir e constituem eles próprios formas de ação, como consequência desse ato o esquecimento atua como um recurso da memória social, pois o esquecimento de reserva como aponta Catroga (2015, p. 17) “se reveste de uma significação positiva”, fazendo com que uma identidade seja produzida através dos múltiplos cenários que ela vá ocupar. Sem dúvidas, os jornais corroboram de forma demasiada para o esquecimento de João Dantas, isto porque, conforme aponta Siqueira (2006):

O discurso criado ocupa um lugar onde o pensamento coletivo aparece formalizado, com possibilidades de aflorar a emoção, a imaginação, as pústulas dos implícitos, as representações coletivas e as categorias cognitivas (SIQUEIRA, 2006, p. 52).

A construção dos fatos de 1930 se deu com a idealização de uma narrativa histórica que buscou convencer por meio das palavras a todo custo que João Dantas com suas ações constituía o único mal feito em solo paraibano, até mesmo ao noticiar sua morte como aponta a reportagem:

Na Casa de Detenção de Recife onde se achavam recolhidos, suicidaram-se hontem João Duarte Dantas e Augusto Caldas, auctores do nefando assassinato do presidente João Pessôa. Fugindo á vida, os execráveis matadores do grande estadista parahybano sentiram que a maldição do povo brasileiro lhe cahia por cima como um terrível anathema. Cahida a tyrania de Pernambuco, a cuja situação os dois criminosos procuraram se abrigar, extinguiram-se de vez as esperanças de impunidade. (A União, 07 de outubro de 1930).

Percebe-se a criação da narrativa da morte de João Dantas e Augusto Caldas se da por meio da representação identitária de quem há publicou, pois um jornal que há tempos o criticava, não publicaria algo que fugisse a regra da diminuição da pessoa de João Dantas, apresentando a concepção de que:

As representações identitárias são matrizes de práticas sociais, guiando as ações e pautando as apreciações de valor. Elas se traduzem, pois, não apenas em performance de atores, mas em discursos e imagens, cumprindo alguns a função de verdadeiros ícones de sentido, altamente mobilizadores (PESAVENTO, 2014, p. 91).

A função desse discurso é a afirmação do suicídio como ato de desonra, de quem possuía um sentimento de fraqueza dentro de si, para a fuga de questionamentos se foi realmente um suicídio ou um assassinato. A figura 9 representa os corpos de João Duarte Dantas e Augusto Caldas.

Figura 9: Corpos de João Duarte Dantas e Augusto Caldas



Fonte: Joffily (1979).

Em continuidade, notoriamente, as notícias do jornal A União inferiorizam consideravelmente João Dantas em detrimento a João Pessoa, como elencado anteriormente, no capítulo 4 que “João Dantas não tinha coragem de um só gesto de descontentamento diante do presidente João Pessoa” (A União, 03 de Junho de 1930). Contribuindo assim para a construção de que este sujeito, de fato, era covarde, sem caráter, entre outros adjetivos negativos constantemente utilizados para caracterizá-lo. Ainda relacionado a isso, o Jornal A União publicou ainda outra notícia, ressaltando que:

O presidente João Pessoal mal conhece esse molambo que acode pelo nome de João Dantas (...) até que agora, depois de deflagrados os acontecimentos de Princeza, o miserável se transformou em espião a serviço dos cangaceiros, acertando finalmente como um serviço à altura de sua falta de escrúpulo e de sua falta de carácter (...) (A União, 03 de Junho de 1930).

Em consonância a isso, é válido mencionar que João Pessoa tinha conhecimento acerca de todas as informações antes mesmo dessas serem publicadas, sendo assim, deve também ser responsabilizado e, sobretudo, ter a culpabilidade pela propagação dos respectivos materiais que reprimiam e aniquilavam João Dantas para a sociedade.

“As ambiguidades e hesitações que marcaram os órgãos da grande imprensa, suas ligações cotidianas com diferentes poderes, a venalidade sempre denunciada, o peso dos interesses publicitários e dos poderosos do momento (LUCA, 2020, p.

130).” Isto comprova que, no geral, a imprensa era controlada pela classe elitizada da época, sobretudo por aqueles que tinham status social relacionado ao poder político.

Concomitante a isso, fica então denotado que, o jornal, de certa forma, se mostrou incompetente no que concerne a construção da memória e recuperação do passado, haja vista que, baseavam-se, predominantemente nos próprios interesses, perdendo então sua principal atribuição.

Notoriamente, fica visível ainda que, a imprensa preocupava-se ainda em consolidar a memória social de João Pessoa, com a instalação de praças e monumentos em homenagem a este personagem ficava explícito o quanto o jornal se objetiva em noticiar o fato venerando João Pessoa, como foi o caso da inauguração de uma praça, com seu monumento histórico em Campina-Grande. O jornal A União noticiou o fato enaltecendo o ex-presidente, aludindo que:

Campina-Grande, 26- Foi inaugurada a praça João Pessôa com assistência dos representantes do interventor federal, auxiliares do governo e altas autoridades do país, prefeitos do interior, representações da imprensa, delegados das diversas associações, etc. Foi orador oficial da solenidade o professor M. de Almeida Barretto que dissertou sobre a personalidade do grande morto. Cerca de mil e duzentas creanças entoaram, os himnos nacional e de João Pessôa. Seguiu-se a inauguração do retrato de João Pessôa na Associação Commercial, sendo orador oficial o bacharel João Tavares Cavalcante (Jornal A União, 28 julho, 1931, p. 3).

A partir disso, é preciso averiguar ainda esse cenário paradoxal de extrema desproporcionalidade enquanto relevância historiográfica desses dois importantes sujeitos, de modo que, historicamente, João Pessoa era ressaltado como herói e João Dantas como malfeitor e covarde.

5.3 Invisibilidade de João Dantas enquanto sujeito histórico

A historiografia analisada para a construção da análise dos acontecimentos que se remetem a “Revolução de 30” traz em suas composições o esquecimento da figura de João Dantas, através de dois momentos, o primeiro acontece com a inferiorização enquanto sujeito histórico, pois quando se remete a este apenas como o “assassino” de João Pessoa, conseqüentemente, oculta-se da história todo um caminho percorrido até o trágico acontecimento, anulando seu trabalho como advogado, os bons frutos de sua família e suas qualidades pessoais, em decorrência a isso, no segundo momento percebe-se também uma produção historiográfica

como aponta Joffily (1979), que nunca analisou os acontecimentos de 30 sob o outro lado da história, os perrepipistas ou perdedores da revolução nunca tiveram espaço para isso, fato esse responsável pelo esquecimento dos outros personagens da revolução.

A difusão das notícias ao longo do ano de 1930 antes do assassinato de João Pessoa e após a morte de João Dantas foram responsáveis pela vulgarização da imagem de João Dantas, produzindo com isso um sentimento de apagamento de sua trajetória ao longo do tempo, pois “o tempo é concebido com uma sequência em que o futuro, enquanto espera de acontecimentos, se configura como uma continuidade do presente, logo um prolongamento uniforme do passado” (CATROGA, 2015, p.18).

Como consequência dessa anulação da figura de João Dantas, a produção de memórias é afetada, visto que “história e memória são representações narrativas que se propõem uma reconstrução do passado” (PESAVENTO, 2014, p. 94), as concepções dessas recordações se dão por meio individual ou coletivo, que se reproduz de maneira individualizada pelas marcas pessoais ou coletivas deixadas por acontecimentos sociais nos indivíduos.

Atentando ao fato de que os sujeitos históricos podem ser entendidos como sendo os agentes da ação social, que se tornam significativos para o estudo da história, sendo eles indivíduos, grupos ou classes sociais, que atuam em grupo ou isoladamente e produzem para si ou para uma coletividade a construção da memória dos feitos de 1930 que se deu anulando um lado da história e sobressaindo o outro, definindo uma vítima e um acusado por meio da memória coletiva.

A memória construída dos eventos de 1930 se remete a memória coletiva que segundo Le Goff (2013), refere-se aos registros de acontecimentos e fatos significativos para um grupo de pessoas, pois estes fazem parte de sua história de vida e constituem sua própria identidade social.

Conforme aponta Catroga (2015), a construção da memória coletiva paraibana da década de 30 foi representada pela divisão entre o bem com um representante específico João Pessoa que teve seus atos falhos escondidos na mitificação construída em cima do seu cadáver, como herói paraibano que deu a vida pela revolução, em contrapartida a memória de João Dantas foi construído em paradoxo, pois seus atos falhos sempre receberam único destaque, lembrado apenas como o assassino do presidente, sem haver uma análise das motivações da

realização desse ato, reduzindo um advogado, jornalista, cidadão de bem a um assassino que defendeu e honrou seu nome, sua família e seus princípios.

A sacralização da memória se deu por meio da historiografia que, de acordo com Catroga (2015, p. 73):

Também funciona como fonte produtora (e legitimadora) de memórias e tradições, chegando mesmo a fornecer credibilidade científica a novos mitos de (re)fundação de grupos e da própria nação (reinvenção e sacralização das origens e de momentos de grandeza, simbolizados em “heróis” individuais e coletivos (CATROGA, 2015, p. 73).

A simbologia da memória coletiva do nosso estado dentro do processo de legitimação das representações colocou João Dantas em posição de invisibilidade como sujeito histórico, com o intuito de apaga-lo da história, mas não o apagou da memória individual que segundo Pesavento (2014, p. 95): “se mescla com a presença de uma memória social, pois, aquele que lembra, rememora em um contexto dado, já marcado por um jogo de lembrar e esquecer” e nesse jogo realizado pela memória ainda existe casas a serem (re) visitadas para que uma nova memória possa ser escrita, trazendo para esse sujeito histórico sua visibilidade.

Posto isso, perceptivelmente, os historiadores também contribuíram para a construção utópica da figura de João Pessoa, construindo socialmente e historicamente uma percepção de mito, fato este evidenciado a partir da construção de monumentos após sua morte, de praças públicas em sua homenagem, atrelado a isso. Neste viés, todos esses arcaísmos históricos corroboram para o fato de que, João Pessoa é enaltecido e João Duarte Dantas omitido pela história, conforme aponta Aires (2006).

Não obstante, é possível ainda aludir a respeito da inferiorização de João Dantas e, de fato, o quanto ele é pomenorizado quando comparado a João Pessoa, na figura 10 é evidenciado o seu túmulo, na Fazenda São Pedro (figura 12), em São João do Egito-Pe. Enquanto que João Pessoa teve suas cinzas transportadas para a capital paraibana e colocadas em um mausoléu construído entre o Palácio do Governo e a Faculdade de Direito da Universidade Federal da Paraíba. Todos estes artefatos corroboram para a compreensão de que João Duarte Dantas é aniquilado e marginalizado na história.

Figura 10: Túmulo de João Duarte Dantas



Fonte: Autoria Própria.

A figura 11 abaixo evidencia, de forma ampliada, a mensagem contida no túmulo de João Dantas.

Figura 11: Túmulo João Dantas



Fonte: Autoria Própria.

Figura 12: Fazenda São Pedro



Fonte: Autoria Própria

A partir disso, é possível perceber a introdução da invisibilidade de João Dantas dentro do cenário histórico, as notícias foram um dos principais fatores que contribuíram demasiadamente para o “esquecimento” de toda a sua trajetória, mas, inegavelmente, os historiadores também apresentaram importantes impactos no tocante a anular João Duarte Dantas da história.

Contudo, apesar da ausência de uma produção historiográfica voltada aos perdedores da revolução, os quais foram batizados popularmente como perrepistas, denota-se algumas obras que se despuseram a analisar o lado derrotado, entre elas a pesquisa de Dantas (1982), irmão de João Dantas e sobrevivente dessa tragédia que em sua obra retrata detalhadamente os fatos vivenciados por sua família especialmente pelo seu irmão João Dantas, mostrando que este não passou de uma grande vítima de ofensas e provocações e, sobretudo, de um grande complô formado para a derrubada do presidente da Paraíba.

Outra produção que remete-se ao fato, abordando e averiguando sob uma óptica distinta dos demais historiadores sobre o caso foi Melo (2002), o autor preocupou-se em romper um silêncio de 20 anos sobre os perrepistas e a revolução de 30, pois entre o fato e a ausência do direito a defesa:

[...] foram mais de sete décadas de falseamento da história, patrocinado em grande parte por correntes da historiografia local e regional, cometidos pelo que de mais grave pode incidir sobre o ofício de um historiador local e regional. O envolvimento ideológico e/ou passional para com seu objeto de estudo e pesquisa, comprometendo assim sua isenção e o elementar e imprescindível distanciamento crítico (MELO, 2002, p. 14).

Nesta mesma perspectiva, delineia-se que, por intermédio da obra publicada por Joaquim Moraes Caldas foi descrito, através da literatura de cordel em alguns versos como se desencadearam os fatos que transcenderam a revolução de 30, o cordel é intitulado como “A verdade de 1930”. Alude-se ainda que, o referido cordel supracitado foi encontrado na publicação de Aires (2006), em um de seus fragmentos, ele relata o seguinte:

Achando pouco um dia
Com a maior prepotência,
Um tal Manuel Moraes

Invadiu a residência.
E do cofre de João Dantas,
Levou a correspondência.

Álbuns de fotografias
A história da família
Os cumpinchas de Pessoa
Na maior estripolia
Jogaram tudo no lixo
Foi a maior baixaria.

As cartas de Anayde
Beiriz foram publicadas
No jornal A União
Com manchetes destacadas.
Por ordem de João Pessoa
Elas foram divulgadas.

A professora Anayde
Beiriz era namorada,
João Dantas era solteiro
Ela descompromissada
Por ser a amada amante
Foi muito discriminada.

João Dantas não aceitou
Aquela provocação,
Era um homem destemido
Corajoso e de ação,
Viu-se desmoralizado
Sentindo forte emoção.

Viajou para Recife
 Ficando lá hospedado.
 Na casa de uma irmã
 E Augusto o seu cunhado,
 Talvez João Dantas ficasse
 Um pouco mais sossegado

Mas o destino senhores,
 Estava do outro lado,
 De manhã logo cedo
 João Dantas já acordado,
 Mandou comprar o jornal
 Mais vendido do estado

E para a sua surpresa
 Viu no jornal estampado,
 A foto de João Pessoa
 E se sentiu provocado,
 O destino de João Dantas
 Ali mesmo foi traçado.

Com o Jornal do Comércio
 Embrulhado em sua mão
 Pegou no quarto um revólver

Botou nele munição.
 Foi procurar João Pessoa
 Pra tomar satisfação.

Pegou o bonde então
 Que passava em Afogados,
 E no centro do Recife
 Com os passos apressados,
 Na confeitaria Glória
 Três tiros são disparados.

Na confeitaria Glória
 Três tiros são disparados.
 "- João Pessoa,
 Sou João Dantas!"

Assim João Dantas gritou
 No chão da confeitaria
 João Pessoa tombou,
 Para a farmácia ao lado
 O seu corpo alguém levou.

(AIRES, 2006, p. 108).

Diante o exposto, ficam então visível que, apesar das notícias e dos historiadores apresentarem contribuições inerentes a idealização de um imagem de João Pessoa, é notório também o quanto determinados historiadores foram enfáticos no sentido de demonstrar o “outro lado da história”, discorrendo a respeito do

assunto e acerca dos complôs políticos construídos na época, favorecendo a percepção de João Pessoa como herói e João Dantas como asqueroso.

Assim, a análise dos dados ressaltou que, a revolução de 30 foi um importante momento histórico que construiu lacunas irreparáveis historicamente falando, envolvendo uma série de aspectos, quais sejam: corrupção, incapacidade política, inautenticidade de informações veiculadas pela imprensa, a qual buscava beneficiar um personagem e invalidar outro. De modo geral, foi o primeiro passo para a implementação da desordem historiográfica que perdura até os dias atuais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa apresentou o objetivo de identificar as representações havidas sobre a personalidade de João Dantas na historiografia local e nos periódicos da época da sua morte. Inerente a isto, buscou-se construir uma discussão historiográfica sobre como os fatos desencadearam-se na revolução de 30.

Ao analisar as considerações do trabalho, pode-se delinear que, João Dantas foi historicamente importante, e sem dúvidas, ao assassinar João Pessoa, cumpria também o desejo de um complô político construído na época. Assim, além dos conflitos pessoais (grande desejo de vingança), os conflitos políticos favoreceram também a ocorrência deste assassinato. De forma paradoxal, ficou perceptível ainda que após o assassinato de João Pessoa, foi construída uma série de concepções utópicas e irreais sobre esse indivíduo, o qual foi enaltecido pela imprensa, historiadores e, principalmente, pela sociedade.

Apesar de João Dantas ser excessivamente reprimido posteriormente após assassinar o ex-presidente, notoriamente, a Família Dantas era bem aceita, apresentando grande prestígio, influência e poder, então, a questão de honra nesta família era extremamente importante. Dessa forma, o desejo de vingança de João Dantas, era muitas vezes um meio viável que ele encontrava de “honrar” seu sobrenome, muito embora surgissem consequências negativas em decorrência de seus atos.

Posto isso, vários estereótipos sobre João Dantas foram construídos após este assassinar João Pessoa, quais sejam: covarde, traidor, assassino, molambo, fraco, sem caráter, entre outros. De modo a propagar cada vez mais que esta figura era insignificante socialmente, e, além disso, os ataques não se restringiram somente a ele, mas também a sua família, de modo a impactar no seu prestígio, bem como no *status* social que esta detinha.

A partir disso, foi sendo notório que João Dantas passou pelo processo de esquecimento social. Isto porque as representações históricas vão sendo esquecidas e esquivando-se socialmente, em parte, isto se deve também aos jornais e, principalmente, devido aos historiadores. Conforme aconteceu com João Dantas, as grandes manchetes noticiadas após o crime cometido não abordavam seu nome, mas adjetivos negativos, o que contribuía para que, cada vez mais, este fosse sendo

esquecido historicamente, de forma análoga, aconteceu no cenário historiográfico, levando em consideração que os historiadores o aniquilavam e enalteciam João Pessoa como sendo um mito.

Sendo assim, a invisibilidade histórica de João Dantas dentro do contexto político da Paraíba foi gerada também pelo ato de assassinar o presidente, de modo que o tornou como anti-herói, e João Pessoa sendo considerado como o herói da história.

Não obstante, torna-se relevante ainda destacar que, muitas vezes a outra versão da história da revolução de 30 é abstraída, essencialmente porque João Pessoa possuía poderes políticos e prestígios sociais corroborando assim para que muitas das informações propagadas fossem manipuladas conforme a sua vontade, de um modo que ficasse conveniente a ele.

Para tanto, diante disso, a presente pesquisa é crucial no que concerne a abranger reflexões e debates mais aprofundados sobre a forma como são construídas as representações sociais e históricas e, entender, de modo mais detalhado, como ocorreu a tragédia na revolução de 30, sem antagonizar João Dantas e exaltar João Pessoa.

Neste íterim, convém ressaltar ainda que as contribuições teóricas foram relevantes no que tange a propiciar o alcance dos objetivos da pesquisa, cumprindo com êxito desde a etapa de coleta de dados, até mesmo a discussão desses resultados ao longo do desenvolvimento do trabalho, atrelado a isso, pode ainda responder a problemática de forma satisfatória. Podendo assim concluir que, enquanto sujeito histórico João Dantas também se mostrou relevantes, apesar de muitas vezes ser negligenciado pela própria história.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, José Américo de. **O ano do nego – memórias**. João Pessoa: UFPB, 1978.
- AIRES, José Luciano de Queiroz. **Inventando tradições, construindo Memórias: A “Revolução de 30” na Paraíba**. 167p. Dissertação Mestrado. UFPB. João Pessoa, 2006.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **A arte de inventar o passado**. São Paulo, 2007.
- AMORIM, Walquíria Cabral Oliveira de. **Confrontação de gêneros documentais (manuscrito): resgate da memória individual de Anayde Beiriz**. Trabalho de Conclusão de Curso. 60 f. Universidade Estadual da Paraíba, 2014.
- BITTENCOURT, Circe Maria F. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.
- BURKE, Peter. **A Escrita da História - Novas Perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Fundamental 3º e 4º Ciclos – História**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- CALDAS, Joaquim Moreira. **Porque Joao Dantas assassinou Joao Pessoa: o delicto do " Gloria" ea tragédia da penitenciária do Recife, em 1930**. Parahyba Verdade, 2008.
- CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. Editora FGV, 2016.
- COSTA, Leotéria Ferreira da. **A mitificação de João Pessoa e a república dos coronéis**. Trabalho de Conclusão de Curso. 53 f. Guarabira, Paraíba, 2009.
- DANTAS, Manuel Duarte. **Agora, a verdade sobre os fatos de 1930**. Estado da Paraíba, Secretaria da Educação e Cultura, Diretoria Geral de Cultura, 1982.
- ENNE, Ana Lucia S. **Memória, identidade e imprensa em uma perspectiva relacional**. Revista Fronteiras-Estudos Midiáticos. Unisinos, vol.2, 2004, pp. 101-116.
- ESPAÇO PB. **João Dantas, o homem que mudou o curso da história**. Disponível em: <https://espacopb.com.br/v/joao-dantas-o-homem-que-mudou-o-curso-da-historia>. Acesso em: 19 de jun. 2022.
- FAZENDO HISTÓRIA. **Os Dantas da serra do teixeira um pouco de sua história**. Disponível em: <http://ozildoroseliafazendohistoriahotmail.blogspot.com/2010/12/familia-dantas.html>. Acesso em: 20 de jun. 2022.

GOUBERT, Pierre. História Local. **Revista Arrabaldes** – Por Uma História Democrática. Rio de Janeiro. n. 1, maio/ago, 1988.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. **Morte e vida das oligarquias: Paraíba (1889-1945). João Pessoa: Universitária/UFPB, 1994.**

HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. A invenção das tradições. **Rio de Janeiro: Paz e terra**, v. 1, p. 984, 1984.

INOJOSA, Joaquim. **República de Princesa (José Pereira x João Pessoa – 1930)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

JANUÁRIO, Palmira Karlyere de Andrade. **Política e relações de poder na Paraíba: a revolta de Princesa (1930)**. Trabalho de Conclusão de Curso. 71 f. Guarabira, Paraíba, 2009.

JEDLOWSKI, Paolo. Memory and sociology: themes and issues. **Time & society**, v. 10, n. 1, p. 29-44, 2001.

JOFFILY, José. **Revolta e revolução: 50 anos depois**. Paz e Terra, 1979.
LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 7^o ed, Campinas, SP: editora da Unicamp, 2013.

LE GOFF, Jacques. A história como ciência: o ofício do historiador. **IN: História e Memória. Campinas, São Paulo, Editora da Unicamp**, p. 105-165, 1994.

MELO, Fernando. **João Dantas: uma biografia**. Idéia, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. Autêntica, 2014.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista estudos históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RIBEIRO, Genes Duarte. **Sacrifício, heroísmo e imortalidade: a arquitetura da construção da imagem do Presidente João Pessoa**. 2009. 164 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba, 2009.

RICOEUR, Paul. Historia y memoria. **La escritura de la historia y la representación del pasado. Historizar el pasado vivo en América Latina. Santiago de Chile**, p. 1-27, 2007.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar história**. SP: Scipione, 2004.

